cultura

Administração, n.° 21, vol. VI, 1993-3.°, 523-558

O MACAU BAMBU: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE ÉTNICA MACAENSE E A SUCESSÃO DAS GERAÇÕES[1]

João de Pina Cabral *
Nelson Lourenço **

Este ensaio é um estudo sobre a relação entre a reprodução temporal de uma identidade étnica e o ciclo vital dos seres humanos que assumem esta identidade. A noção sociológica de geração constitui um instrumento importante de análise, pois através dela podemos conceptualizar a integração entre duas formas de temporalidade que são, em última instância, incompatíveis: o tempo contínuo dos grupos sociais e o tempo descontínuo dos seres humanos individuais.

Macau apresenta características que tornam este estudo particularmente fascinante, pois a instabilidade que lhe é própria — afectando de formas radicalmente distintas as experiências formativas dos agentes sociais — transforma a sucessão de gerações num processo porventura mais complexo e imprevisível do que é normalmente previsto pelos modelos sociológicos dominantes.

Principiaremos com uma caracterização da estrutura social de Macau como estando sujeita ao funcionamento de uma contradição central que resulta em períodos regulares de instabilidade. Em seguida, realizaremos uma análise das condições experiênciais de

* Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Oxford, Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Associado do Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

** Doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa e Professor Associado na mesma Universidade.

[1] Este estudo foi realizado entre 1989 e 1992 no âmbito do projecto «Família e Etnicidade em Macau: a comunidade macaense» subsidiado pelo Instituto Cultural de Macau. Agradecemos ainda o apoio que nos foi dado pelo IICT assim como pelas instituições académicas de pertença dos investigadores: o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, respectivamente.

formação de projectos étnicos geracionalmente distintos no interior das gerações de «macaenses»[2] que nos foi dado entrevistar.

1. O MACAU BAMBU — INSTABILIDADE E PERMANÊNCIA

Numa das primeiras entrevistas que realizámos no Território, o entrevistado, uma das figuras mais prestigiadas da vida política e social macaense, insistia sobre os tremendos efeitos das crises pelas quais o Território passa regularmente. Perante a nossa surpresa, o entrevistado sorriu polidamente e explicou: «Nós, os macaenses, não somos como o ferro que quebra; somos como o bambu que dobra. Vem o tufão e somos atirados ao chão; mas logo se segue o bom tempo e voltamos a endireitar-nos, espalhando os ramos»[3].

Esta imagem do *Macau bambu é* talvez um dos axiomas centrais para a compreensão da história recente — e porventura do futuro imediato — de Macau e dos macaenses. Desde cedo começámos a reconhecer como um dos aspectos mais constantes do que se tem escrito sobre Macau de há cem anos a esta parte, a recorrência de frases em que se anuncia para breve o término da comunidade macaense, da forma de vida macaense ou do papel preponderante dos macaenses na vida social do Território. Esta «morte anunciada» está associada a uma imagem de abandono: aquilo a que tantas vezes se tem chamado a «diáspora macaense».

Por exemplo, certo autor diz-nos, «no período que sucedeu à retirada japonesa da região, os naturais macaenses, na ânsia de melhores condições de existência, deram início, por meio de uma torrente de emigração massiva, a uma diáspora que, na realidade, ainda hoje perdura» (M. Leal Vilarinho in António de Andrade e Silva, 1991). Mas, quando lemos Montalto de Jesus, encontramos formulações muito semelhantes, referidas a períodos anteriores —

---

[2] Uma das principais categorias da identidade étnica em Macau hoje é a de «macaense» em português e *tou2 saang1* em cantonense — categoria que tende a aplicar-se aos euro-asiáticos de raiz cultural portuguesa e católica originários do Território. Ainda que uma larga maioria da população do Território seja chinesa e que a elite administrativa seja maioritariamente constituída por portugueses da República, os macaenses desempenham um papel central em Macau uma vez que, dentro destes três principais grupos étnicos, eles constituem o grupo que está mais fortemente associado com a identidade histórica do território — significado, aliás, implícito na expressão cantonense *tou saang jai* (lit. filho da terra). Para melhor definição ver Pina Cabral e Lourenço, 1992.

[3] Posteriormente a termos escrito este texto, foi-nos chamada a atenção para o facto de que a metáfora tem uma história literária estabelecida: ver Silva Rego *A presença portuguesa em Macau*, (Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1947, pág. 107) onde se pode ler: «Macau, semelhante ao bambu chinês, soube dobrar-se às inclemências do tempo, à espera que passasse o tufão e que o deixasse erguer de novo a sua elegante haste para o céu». Trata-se de uma imagem tradicional chinesa que, contudo, não é aplicada ao bambu, por se considerar que este parte com excessiva facilidade.

nomeadamente à crise económica que se seguiu à instalação da colónia inglesa de Hong Kong (1990 [1926]: 252). O mesmo autor cita ainda um tendencioso relatório da alfândega da Lapa de 1921, em que se diz: «Cada mudança de governador ou nova leva de boatos traz a sua quota parte de imigrantes cujo único desejo é sair de onde estavam» (ibid.: 306).

Não é só nas formulações escritas que encontramos este espectro do abandono: a visão de um desaparecimento apocalíptico sempre iminente. Também nas entrevistas que fizemos nos deparámos com expressões desta visão. A Segunda Grande Guerra, por exemplo, é vista como «o fim da vida macaense»; também a paralisia social e económica dos anos 50 é lida no mesmo registo («A tragédia de Macau nos anos 50 foi a sangria da gente nova. Desapareciam famílias inteiras. Os rapazes que iam estudar, não voltavam»); mais tarde, durante a Revolução Cultural, «viu-se que Macau tinha os dias contados»; hoje, que a devolução da soberania aos chineses está assegurada para 1999, todos estão convencidos que «não fica cá ninguém»: «Agora, com o acordo, vai ser a emigração daqui a pouco. 1995/6 vai ser a saída em massa, salvo os chineses». (Curiosamente, os nossos entrevistados chineses de classe média, afirmam estar igualmente empenhados em fugir ao colapso iminente da sociedade livre, que todos, pessimisticamente, prevêem).

Esta noção de que Macau é uma terra sujeita a tufões sociais — uma terra insegura — está mesmo codificada num adágio numerológico caracteristicamente chinês: *«Os chineses têm por costume dizer assim: aqui em Macau há seis anos; seis anos que as coisas vão correr bem. Depois vem uma época curta em que a situação económica, enfim, por vários motivos, não progride — a cidade fica estagnada. Depois vem outra vez o progresso da economia. Depois, passado seis anos, há-de suceder outra coisa assim parecida que faz com que torne a voltar a crise. É coisa que os chineses já [esperam], qualquer indivíduo aqui da rua, os futuristas digamos assim [i.e., adivinhos chineses], já têm essa coisa. De seis em seis anos há um período em que Macau colapsa, […] uma bronca qualquer. [...] Isto é um barril de pólvora».*

O termo usado em Macau para descrever estas crises recorrentes é «incidentes»; em Hong Kong, onde eles ocorrem de forma menos devastadora, são conhecidos como *troubles*. Trata-se, na nossa leitura, de processos de libertação da energia acumulada no decurso de períodos de paz aparente e prosperidade durante os quais a contradição central da presença portuguesa em Macau[4] não se exprime abertamente. A tensão acumulada explode regular-

[4] Referimo-nos unicamente à presença portuguesa em Macau, pois só esta aqui nos ocupa. Pensamos, no entanto, que uma análise da mesma natureza poderia ser aplicada a outros universos políticos desta região.

mente, permitindo um ajuste de contas a muitos níveis pois, como veremos, a contradição manifesta-se em diversas frentes.

Esta contradição instaurou-se desde os primórdios da presença portuguesa em Macau, radicando-se na ambiguidade do próprio processo de institucionalização dessa presença durante a dinastia Ming, dando azo a uma espécie de soberania dupla, em que os habitantes da cidadela cristã tinham direito a autogovernar-se, mas a população chinesa estava subordinada a magistrados imperiais. Este sistema, que K. C. Fok chama a «Fórmula Macau», só pôde surgir devido à exploração, por parte dos burocratas chineses locais, das barreiras de comunicação com a corte imperial. Nas palavras do mesmo historiador: *«Trade relations were [...] made possible through the connivance of the provincial officials. The exchanges was voluntary. Its continuance depended on the goodwill of the Portuguese to honour their obligations to the local officials and the willigness of the Chinese officials to run the risk of being censured by Peking. In realistic terms it depended on whether both sides had any compelling needs for the profits that could be derived from such an exchange. But the workability of the formula, above all, had to largely rely on the compliance and tranquility of the Portuguese in Macao» (1991: 343).*

Sempre interessados na presença de uma feitoria portuguesa no Delta do Rio das Pérolas, os mandarins da zona de Cantão permitem que se prolongue uma situação que, no entanto, nunca deixou de ser ambígua, mas que, apesar disso, era razoavelmente estável. Este estado de coisas ainda é vigente durante o segundo quartel do século XIX. É, por exemplo, dessa época (1837) um texto que encontrámos facsimilado num artigo de Isabel Nunes (1991: 103), em que, numa carta ao Mandarim responsável, o Procurador português evoca a legislação imperial Qing sobre os «tancares»[5], que os impede de viver em terra, pois teme as arruaças que poderiam resultar das actividades de prostituição a que estes se entregam, seduzindo «soldados», «moços» e «negros». Prevendo a possibilidade de distúrbios, o Procurador passa assim para o Mandarim a responsabilidade «de qualquer desastroso acontecimento que ali aconteça». Este documento é bem exemplificativo do potencial de conflito implícito nessa soberania dupla.

Com o enfraquecimento da dinastia Qing e, particularmente, com as Guerras do Ópio, a situação em Macau altera-se radicalmente. Em 1840, o Capitão Elliot funda a colónia de Hong Kong depois de demonstrar implacavelmente a fraqueza militar do estado chinês. É só em 1846 que os portugueses instauram um regime de

[5] Subgrupo étnico do grande universo étnico chinês caracterizado por ser um povo marítimo com baixo prestígio social. Aos tancares era impedido o acesso aos exames conducentes aos graus académicos necessários para integrar a burocracia da Dinastia Qing (1644-1911). Ver Brito Peixoto 1988a e 1988b.

administração colonial, expulsando os mandarins chineses. Inicia-se então o período da história de Macau que chamamos «colonial» — marcado desde logo pelo primeiro «incidente».

Em Outubro de 1846, quando o Governador Ferreira do Amaral pretende levantar um imposto sobre os barcos de transporte rápido (os «faitiões», *fai3 teang5),* os barqueiros fazem um assalto ao forte de S. Paulo. O assalto foi organizado militarmente estando, até, os assaltantes munidos de canhões. Apesar deste assalto ter sido frustrado pela resistência dos cidadãos macaenses (Montalto de Jesus, 1990: 221), ele acabou por não constituir mais do que um prelúdio para um incidente consideravelmente mais grave.

É curioso verificar que este incidente já comporta todas as características dos que lhe seguiriam. Duas delas, em particular, merecem nota pela sua recorrência sistemática e importância estrutural. Em primeiro lugar, os comerciantes chineses reagem aos incidentes sempre da mesma forma, fechando as lojas e suspendendo o abastecimento de víveres ao mercado. Esta atitude não é uma inovação, pelo contrário, dir-se-ia tratar-se de parte integrante da tal «Fórmula Macau» de que fala K. C. Fok. Por exemplo, um comerciante americano que visita a cidade na segunda metade do século XVIII comenta sobre Macau: *«At present it is much fallen from its ancient splendour, for though it is inhabited by Portuguese, and hath a Governor, nominated by the King of Portugal, yet it subsists merely by the sufferance of the Chinese, who can starve the place and dispossess the Portuguese, whenever they please. This obliges the Governor to behave with great circumspection, and carefully to avoid every circumstance that may give offence to the Chinese»*, (citado em Yee 1989: 18).

Em segundo lugar, uma vez declarada a crise com toda a sua violência, os habitantes lusófonos originários de Macau, que anteriormente estavam directamente envolvidos no processo de conflitualidade conducente ao incidente, passam a adoptar estratégias de mediação e de superação da crise, recorrendo aos seus *networks* pessoais privilegiados de contacto com a elite chinesa. No caso do primeiro governador do período colonial, Ferreira do Amaral, o Leal Senado assume atitudes conciliatórias contrárias à visão colonialista do governador, levando-o mesmo a dissolver o Leal Senado (Montalto de Jesus 1990: 223).

A brutalidade com que o governador leva a cabo a sua política colonial — deixando logo em 1846 de pagar o foro do chão e, em 1849, abolindo a alfândega chinesa — incutem ímpeto acelerado aos acontecimentos. Logo em 22 de Agosto de 1849, ocorre o que se pode dizer ser o verdadeiro trauma fundador do Macau colonial: o homicídio de Ferreira do Amaral por assassinos cuja relação com o Vice-Rei de Cantão está ainda por esclarecer. Assim, esta sequência, que Montalto de Jesus descreve com tanta verve, possui já a estrutura-tipo de todos os incidentes que se lhe seguirão (ibid.: 233).

Permita-nos o leitor interromper o argumento histórico para introduzir aqui a noção de Victor Turner de *drama social* (1957: 91-93), que pensamos iluminar consideravelmente estes factos. Através desta noção, o autor tenta produzir um instrumento para a análise processual da estrutura social. Para Turner, a sociedade está em constante fluxo. A ordem social não é um facto permanentemente adquirido, pois ela própria está fundada em contradições e conflitos de interesses (a nível intrapessoal e interpessoal, intragru-pal e intergrupal). A reprodução da estrutura social não é um fenómeno contínuo e consensual. Pelo contrário, realiza-se através de processos de ruptura e reparação, de cisma e de continuidade. No decurso de um estudo sobre a política do parentesco numa aldeia matrilinear centro-africana, Turner descobre que este processo reprodutivo não assume uma forma aleatória; outrossim, ele possui uma nítida estrutura diacrónica (processual) caracterizada por recorrências e regularidades.

Assim, o autor postula uma estrutura quadripartida para o drama social. Num primeiro momento — que chama de *ruptura* — verifica-se que certos actores sociais não realizam os comportamentos que normalmente se esperaria deles; há uma quebra pública ou falta de cumprimento das normas que regulam o relacionamento entre as pessoas. Se o processo não for interrompido logo aqui por meio de mediação, ele acaba por dar azo a um segundo momento — a *crise* — através de um processo de progressiva expansão do conflito e crescente abrangência. Realiza-se, então, uma separação do grupo social em campos opostos[6]. Imediatamente, contudo, inicia-se um terceiro momento — de *reparação* — em que entram em jogo instrumentos de mediação, geralmente manipulados pelos membros mais prestigiados da sociedade. Estas iniciativas de reparação podem ser melhor ou pior sucedidas. Dependendo delas, o quarto momento pode ser de *reintegração* ou de *reconhecimeto de cisma.*

Nos «incidentes» de Macau, podemos claramente identificar esta estrutura processual. Os incidentes são sempre anunciados por um período de crescente conflitualidade e insegurança mútua. O teor das acusações vai aumentando e há mesmo incidentes de pequena dimensão que vão sendo resolvidos com maior ou menor facilidade. Mais cedo ou mais tarde, porém —, e com uma recorrência notável, que é precisamente o que nos sugere tratarem-se de «dramas sociais» — a crise surge em toda a sua amplitude: os campos separam-se na sua maior abrangência; o Macau chinês encontra-se de um lado e o Macau lusófono do outro. Se até aí havia

[6] «There is a tendency for the breach to widen and extend until it becomes co-extensive with some dominant cleavage in the widest set of relevant social relations to which the conflicting parties belong» (Turner, 1957: 91).

alguma margem para manobra de negociadores, no momento da explosão, os chineses estão de um lado e os macaenses e portugueses do outro.

No meio da confusão e agressividade que se seguem, contudo, velhas relações pessoais voltam timidamente a declarar-se. Com o tempo, estas permitem novas possibilidades para mediação. Instaura-se um período de reparação, que pode ser mais ou menos prolongado, mas no fim do qual se tem reencontrado a paz e a prosperidade social. Como diz uma autora portuguesa de Macau, «crescer pressupõe crises que, uma vez ultrapassadas, são como o tufão tão nosso conhecido — limpam o ar!» (Basto da Silva, 1988: 88).

Urge sublinhar que, no decorrer dos dramas sociais que são os «incidentes», a contradição que está no centro da estrutura social de Macau, manifesta-se a todos os níveis, apesar de assumir uma face diferente para cada um dos quatro intervenientes: os portugueses, os macaenses, os chineses de Macau, as autoridades do estado chinês.

Os portugueses reclamam a sua autoridade colonial, sabendo, porém, que não têm poder para a exercer contra a vontade dos chineses; os macaenses são «os filhos da terra», os únicos que verdadeiramente pertencem a Macau, mas não têm direitos de soberania; os chineses de Macau são chineses de pleno direito e identificam-se totalmente com a sua identidade étnica, mas sentemse mal governados pelo estado chinês *(misruled* na feliz expressão de Albert Yee, 1989) — a presença da administração portuguesa protege os seus interesses pessoais ou de grupo, económicos ou políticos; finalmente, as autoridades chineses, sabendo-se com direito de soberania territorial, sabem também que ao exercer esse direito destruiriam por completo Macau e todos os benefícios que dele advêm para o sul da China.

Assim, durante o período colonial (1846-1967), as autoridades chinesas sentiram-se sempre com direito de intervir sobre os desígnios de Macau, mas nunca tiveram os meios institucionais para o realizar sem serem forçados a expulsar os portugueses. Os chineses de Macau sentem que têm direito a manifestar as suas reivindicações sem, contudo, terem forma para o fazer. São estas, essencialmente, as origens dos «incidentes». Quando os interesses, tanto das autoridades chinesas como dos chineses de Macau se conjugam, então os incidentes assumem aspectos gravíssimos. Caracteristicamente, nesses momentos, os habitantes macaenses e portugueses encontram-se sitiados em Macau, sem água e sem mantimentos — situação que os tem levado a capitular em praticamente todas as ocasiões.

Situações desta gravidade, apesar de regulares, não têm sido muito frequentes; verificando-se em 1849/50 (morte de Ferreira do Amaral e acontecimentos correlativos no período das guerras do

ópio), em 1900 (por ocasião da Revolta dos Boxers), em 1922 (com os acontecimentos iniciados na Rua da Felicidade e em conjunção com os problemas que o regime de Sun Yat-Sen encontrava em Cantão, [cf. Montalto de Jesus, 1990: 295-6, Guedes, 1991: 87-94] e ainda, depois da guerra, nos meados dos anos 50 (segundo Morbey, em ligação com a Guerra da Coreia, 1990: 50-51) e em 1966/67 (o chamado 1,2,3[7], ocorrido no dealbar da Revolução Cultural).

Os incidentes mais importantes, tais como os que acabamos de referir, resultaram sempre de todo um processo de progressivo cortar dos laços informais que sempre ligaram as autoridades da província de Cantão e a população chinesa (e sobretudo a sua elite) à população macaense e à administração portuguesa. Eles resultam da conjunção infeliz de causas externas e de causas internas. Assim, por um lado, assinalam o colapso de um equilíbrio negociai entre as autoridades portuguesas e as chinesas. Colapso esse que sempre resulta das alterações mais violentas da estrutura política chinesa. Por outro lado, são sinais de que os interesses da comunidade chinesa estão a ser descurados pela administração. Quando, em Dezembro de 1966, se iniciaram os motins que acabaram com o período colonial em Macau, tal só ocorreu porque a)as autoridades chinesas iniciavam um processo de radicalização política sem precedentes e *b)* porque as autoridades portuguesas (fortemente influenciadas pela situação de crescente agressividade étnica que se tinha vindo a criar entre os macaenses e os chineses nas duas décadas precedentes) foram cegas aos apelos ingentes dos principais líderes da comunidade chinesa. Nesta altura tal como já tinha acontecido pela ocasião dos distúrbios laborais dos anos 20 associados à implantação da República Chinesa, os chineses uniram-se contra os lusófonos (portugueses e macaenses) e a legitimidade de funcionamento da administração portuguesa foi totalmente posta em causa.

Assim, antes de um incidente dos mais graves, verifica-se sempre uma regular e progressiva ocorrência de pequenos incidentes, mais ou menos facilmente superáveis por meio das redes de mediação informal que sempre caracterizaram a governação de Macau. Como os chineses não,têm forma institucional de exprimir as suas reivindicações e de exercer pressão sobre as autoridades, estes levantamentos, motins e boicotes funcionam como válvulas de escape.

O período pós-colonial (1967-1999), neste aspecto, assume características diferentes, pois a liderança que o Partido Comunista Chinês teve por ocasião dos levantamentos em massa da população (o 1,2,3 — Dezembro de 1966 a Janeiro de 1967) permitiu-lhe

[7] Este incidente é assim conhecido em Macau por ter iniciado no dia 3 de Dezembro (12.° mês).

instituir um sistema de governo sombra, por meio do qual tem afectado directa e continuamente as decisões do governo de Macau[8]. Apoiado directamente pelas associações de moradores (os cail fongl) e pelos jornais de língua chinesa (que são lidos mesmo por chineses de convicções não-comunistas), o PCC tem conseguido exercer um domínio muito significativo sobre a população de Macau — como se verificou, aliás, mais uma vez de forma bem aparente por ocasião das eleições de Setembro de 1992.

Inicialmente sediado na *holding* que representa os interesses da RPC em Macau — a Nam Kwong —, o governo sombra passou para a Agência Nova China *(Xinhua),* depois da assinatura da Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 13 de Abril de 1987, em que se estabelecem as condições para a transferência formal da soberania sobre Macau em 1999.

Devido à melhor gestão que as autoridades britânicas fizeram da crise que na mesma altura ocorreu em Hong Kong, esta solução foi evitada na colónia vizinha, se bem que tivesse sido essa a intenção da RPC. Como disse na altura Sir David Trench, então governador de Hong Kong, «Their aim is to Macau us» (Scott, 1989: 87).

Mesmo assim, a vida de Macau tem continuado a ser marcada regularmente por pequenos motins, manifestações de rua e boicotes de grupos profissionais (tais como o dos não-documentados em 1989, logo seguido por uma manifestação ilegal da força policial). Estas erupções são sinal incontestável da trágica falta de meios institucionais para a negociação de conflitos e para a manifestação de reivindicações. O gravíssimo défice democrático que sempre caracterizou Macau e que — julgando pelas soluções propostas para a futura Lei Básica do Território — se prolongará para além de 1999, é essencialmente o causador da necessidade destes dramas sociais (cf. Morbey, 1990).

Até hoje, a reintegração foi sempre inevitável, porque o cisma não era viável. A contradição — que é o próprio coração da vida macaense — foi sempre irresolúvel, pois os chineses do Delta do Rio das Pérolas, sem jamais abdicarem da sua reivindicação dos direitos últimos de soberania, também nunca puderam dispensar os benefícios que lhes advêm da presença portuguesa. Será que a Declaração Conjunta Luso-Chinesa de 1987 veio permitir resolver a contradição — será que 1999 é o cisma que termina cinco séculos de

[8] Assim explicamos a nossa opção por utilizar os acontecimentos de 1966/1967 como a fronteira entre o período socio-político a que chamamos «período colonial» e o que consideramos ser o «período pós-colonial». Estamos conscientes que é só posteriormente à morte de Mao Tse Tung e ao 25 de Abril de 1974 que se estabelece definitivamente o perfil socio-político do Macau pós-colonial — sendo que os oito anos intermédios poderão ser considerados largamente como um tempo de espera, um interregno.

colaboração entre portugueses, macaenses e chineses? Os factores em jogo são tão variados que, hoje, ninguém está em condições de responder a tal pergunta.

Contudo, se por um lado a ausência dos portugueses vem retirar um dos tradicionais intervenientes do processo, por outro lado, o novo sistema político proposto pela Lei Básica permite imaginar que as bases centrais para o funcionamento da contradição se prolongarão. Para tal contribuem dois factores:

a) A falta de democracia interna proposta para o Território;

b) A ambiguidade entre os interesses das elites de um Território auto-governado e os interesses das elites do estado chinês.

2. AS GERAÇÕES DE MACAU

O Macau que confronta hoje os jovens macaenses tem pouco a ver com o Macau na base do qual os jovens dos anos 70 ou dos anos 50 projectaram as suas vidas adultas, tanto em termos económicos, como demográficos, como políticos, como ainda culturais. Como compreender os macaenses, sem captar esta profunda mutabilidade? Nas páginas que se seguem vamos recorrer à noção sociológica de «geração» como meio de orientar algumas observações feitas no decorrer do trabalho de terreno em Macau sobre a maneira como os macaenses se concebem a si próprios e projectam as suas vidas.

A identidade étnica prende-se com as formas de valoração identificadora e, como as conjunturas mudam, cada geração constrói a sua identidade étnica por referência à conjuntura que a cria. Ora, como nos lembra Lisón-Tolosana (1983 [1966]: 181), essa conjuntura é constituída por três factores gerais:

a) O legado das gerações anteriores[9];

b) As experiências formativas que essa geração sustém; e

c) As contribuições inovadoras dos seus membros.

Já anteriormente tivemos a ocasião de insistir que a etnicidade tem que ser vista como um projecto — algo que está em constante construção e realização. Se bem que tal observação se aplique a todas as formas de identidade étnica, no caso macaense, a instabilidade de Macau a que anteriormente nos referimos significa

[9] A educação é uma herança, mas também o são as disposições e atitudes resultantes da experiência de vida das gerações paterna e avoenga.

que as alterações que ocorrem de geração para geração são mais aparentes[10].

Como ponto de partida para a discussão que se segue, optámos por identificar as gerações macaenses em termos do poder político[11]. Assim, apesar de não postularmos uma correspondência absoluta entre pertença a uma geração e data de nascimento cronológico, não estaremos muito errados se dissermos que a maioria das pessoas que presentemente estão a deixar os lugares de poder — *a geração declinante* — nasceu entre os meados da década de 20 e o início da década de 40. A *geração controlante*, de entre a qual saem as pessoas que agora estão a exercer os lugares de liderança, corresponde em termos largos a pessoas que nasceram entre os meados da década de 40 e durante a de 50. Finalmente, os jovens macaenses que hoje se posicionam para a vida adulta — a *geração emergente* — nasceram no decorrer das décadas de 60 e 70.

Para além das três gerações que identificámos, encontrámos em Macau ainda mais duas. Por um lado, algumas pessoas pertencentes a uma geração nascida nas primeiras duas décadas do século, que se recordam dos incidentes da década de 20 e que eram adultos durante a guerra; e, por outro lado, os jovens nascidos na década de 80 que iniciarão a sua vida de adultos depois de 1999. Tudo parece

---

[10] A definição do conceito de geração que nos inspirou na redacção destas linhas foi a que Carmelo Lisón-Tolosana utiliza no seu estudo de uma aldeia aragonesa (1983 [1966]): *«Uma geração, no sentido sociológico, compreende um grupo etário de homens e mulheres que levam uma forma de existência semelhante ou que partilham de um mesmo conceito de vida; que julgam os acontecimentos que lhes ocorrem em dado momento em termos de um fundo comum de convenções e aspirações. Há assim três características que distinguem uma geração: a primeira e mais importante é a aceitação e/ou criação parcial de atitudes e valores — o facto dos seus membros partilharem de uma mesma imagem do mundo ou da vida. A segunda deriva da primeira: a aceitação conjunta de atitudes e valores implica uma coincidência temporal — o facto dos membros da geração estarem activa ou passivamente interessados nos acontecimentos que lhes ocorrem ou que eles causam e/ou tentam controlar. A terceira, é a existência de um fundo comum de aspirações e tarefas a levar a cabo. Estas três características sugerem dois corolários: em primeiro lugar, as ideias e atitudes que constituem o núcleo fundamental de uma geração condicionam o indivíduo que a ela pertence, ou, caso ele pertença a uma elite inovadora, são impostas por ele. Ele só pertence ao grupo, na medida em que é condicionado ou é criador destas ideias e atitudes. Do que se segue o segundo corolário: que qualquer indivíduo, seja qual for a sua idade biológica, que aderir a essa forma de vida — a esse modo de existência — é membro dessa geração» (1988 [1966]: 180).*

[11] Lison Tolosana suger-nos quatro pistas para o estudo das gerações:
(1) Qual o número de gerações numa comunidade;
(2) Quais os acontecimentos históricos que as modelaram;
(3) Quais as diferenças específicas entre elas;
(4) Quais as alterações que ocorreram no sistema familiar (ibid.: 181).

indicar que tais pessoas virão a constituir uma geração distinta da presentemente emergente.

Não faz muito sentido identificar estas gerações sem as situar por relação aos acontecimentos históricos que deixaram marcas na vida de Macau e na mente dos seus habitantes. Limitar-nos-emos a identificar os pontos referenciais sem os quais o discurso identitário macaense e as relações de poder em que se baseia não seriam minimamente compreensíveis.

Três grandes traumas marcaram a vida dos macaenses presentemente vivos: a Guerra do Pacífico, a Revolução Cultural e a Declaração Conjunta de 1987, em que se determina que a administração de Macau será entregue à República Popular da China em 1999. Todos eles tiveram repercussões profundas no Território e na mentalidade dos seus habitantes, dando azo a surtos de emigração que deixaram a comunidade macaense destituída de boa parte da sua elite. No decorrer da investigação em Macau (entre 1989 e 1992), foi-se tornando para nós aparente que as diferenças de atitudes e valores e de práticas familiares que fomos identificando entre a geração declinante e a geração controlante estavam essencialmente radicadas na relação que elas tinham para com cada uma destes traumas.

2.1. O PERCURSO DA GERAÇÃO DECLINANTE

Quando a geração agora declinante iniciou a sua vida adulta, Macau estava a sofrer a crise da guerra, que foi seguida por um prolongado período de estagnação socio-económica. O pós-guerra em Macau não foi mais do que um relançamento da velha ordem colonial. A China estava imersa numa guerra civil particularmente destruidora, enquanto que o regime político português era conservador e imbuído de uma ideologia nacionalista isolacionista. As suas políticas ultramarinas, predominantemente marcadas pelo colonialismo africano, pouco tinham a ver com a realidade macaense.

Por virtude da sua pertença à comunidade lusófona, os macaenses (tou 2 saang 1) da geração declinante beneficiavam de privilégios que os distinguiam da população chinesa circundante[12]. Sem entrarmos em excessivos detalhes, basta indicar que estes privilégios eram essencialmente de dois tipos. Em primeiro lugar, o acesso preferencial aos cargos intermédios da administração significa que um número importante de macaenses podia depender de um rendimento fixo e ainda de uma série de apoios e benefícios. Estes últimos foram sendo concedidos aos funcionários públicos

[12] É de notar que não estamos aqui a afirmar que a comunidade chinesa (e, em particular, sectores específicos dessa comunidade) não beneficiassem de outros privilégios, que redundavam em monopólios étnicos. Os exemplos do domínio sobre o jogo ou sobre as redes de comercialização são bem patentes.

conforme o governo de Macau foi melhorando o seu estado económico. Não eram assim obrigados a entrar em competição com os chineses no comércio — área na qual estes últimos tinham vantagens assinaláveis. Em segundo lugar, o monopólio que detinham das posições de mediação entre a população chinesa e a administração portuguesa concedia-lhes poder social, prestígio e a capacidade de obter proventos indirectos[13].

Durante o período colonial, contudo, este projecto étnico de maximização do capital de portugalidade não era destituído de ambiguidades. Não devemos esquecer que o estado colonial tinha imposto leis racistas que exigiam que os oficiais se casassem com uma «portuguesa originária, nunca tendo perdido a nacionalidade, filha de pais europeus, não divorciada»[14]. Também os jovens macaenses com expectativas de promoção sócio-educacional tiveram que sofrer actos de discriminação por parte do estado colonial português do período pré-guerra[15]. Para já basta reiterar que, por virtude desta ambiguidade identitária, o exercício do privilégio macaense era caracterizado por uma correspondente insegurança.

Em Macau, a Guerra do Pacífico foi o ponto culminante de todo um processo de alteração social que vinha ocorrendo na China

---

[13] Referimo-nos aqui àquilo a que tradicionalmente se chama corrupção. Chamamos a atenção no entanto, para que, no contexto de Macau, a própria natureza ambígua do estado não permite julgar estes fenómenos com a mesma bitola que se aplicaria a um sistema burocrático racionalista num estado-nação europeu.

[14] Esta legislação (Decreto n.° 31: 107 de 18 de Janeiro de 1941) é ainda hoje particularmente ressentida pelas senhoras macaenses da geração declinante que, nessa época, estavam a considerar a possibilidade de se casarem. Discriminava contra mulheres cujos pais não fossem «europeus», contra divorciadas (artigo 4.°) e contra viúvas ou mães solteiras com filhos menores (artigo 5.°). (Estou grato a Marcelo Poon por me ter ajudado a encontrar esta ligação). Ora a estratégia matrimonial macaense mais prestigianíe (ver Pina Cabral e Lourenço 1992), era o casamento das filhas das famílias tradicionais com oficiais do exército português. Na época, esta legislação foi interpretada pelas autoridades militares de forma racista, para impedir este género de casamento que, segundo eles, constituía um potencial perigo de segurança para a nação! Apesar de tudo, esta discriminação foi contornada por meio de várias estratégias — uma destas, era a de ir a Hong Kong realizar o casamento religioso, não o declarando oficialmente às autoridades portuguesas e, posteriormente, na altura de uma visita a Portugal, realizar um casamento civil em Portugal.

[15] Por exemplo, um informante nascido em 1917, queixa-se ainda hoje de ter sido obrigado a esperar sete anos, até poder completar o sétimo ano do Liceu e poder ir para Portugal estudar na Universidade. Segundo este informante, em 1933/4, a equipa governativa de então (conhecida entre os macaenses corno «os esfomeados de Coimbra»), acabou com o sexto e sétimo anos do ensino liceal, argumentando que não eram necessários em Macau, já que, para se ser funcionário público, só era preciso ter o quinto ano. Noutra ocasião abordaremos o papel do Liceu de Macau como uma instituição formadora de uma elite.

desde o colapso da dinastia Qing em 1911 e que só viria a completar-se com o fim da guerra civil e estabelecimento do regime comunista em 1949. A ocupação japonesa de Hong Kong, entre 1941 e 1945, constituiu o momento mais crítico, apesar de Macau não ter sido ocupado[16].

A guerra deixou nas relações entre as pessoas memórias de ressentimentos que nunca mais se apagaram e que ainda hoje são comentados *sotto voce*. Para alguns, nomeadamente os que estavam envolvidos nos lucrativos negócios de bens escassos, a guerra foi a fundação da sua fortuna. Para outros que, por razões por vezes aparentemente aleatórias, tinham perdido as suas reservas económicas, a guerra foi um terrível período de fome e insegurança. Famílias houve da elite macaense que, tendo sofrido enormes perdas na bolsa de Hong Kong, tiveram que passar a guerra em extrema penúria.

Segundo algumas estimativas, a população do Território chegou a 800 000 pessoas — um número fabuloso, se considerarmos que, hoje, depois de um surto de crescimento inusitado, a população está provavelmente entre os 400 000 e os 500 000. Nas palavras de Henrique Senna Fernandes, a guerra «não era só a metralha e o sangue. Era também a fome daqueles milhares de seres que diariamente morriam nas arcadas frias da cidade, a doença que ruía sobre os miseráveis sem guarida, o meretrício desenfreado — moças e crianças mercadejadas por pais famintos» (1978: 11). A fome afectou principalmente a população chinesa refugiada, pois o preço dos produtos alimentares no mercado negro chegou a quantias elevadíssimas e o racionamento de guerra só se aplicava aos funcionários da administração. Mesmo estes tiveram dificuldade em assegurar o fornecimento, pois os japoneses e os seus parceiros chineses colaboracionistas exigiam preços extorcionistas. Nas palavras de um observador da época, «O progressivo e fantástico desaparecimento de todos os géneros de primeira necessidade tornava a vida insustentável à maioria dos funcionários, que tenham de governar-se ainda com os mesmos vencimentos de antes da guerra, esbarrando em dificuldades impossíveis de solucionar» (Andrade e Silva, 1991: 113). As humilhações simbólicas a que os

[16] Curiosamente, foi também o único momento na história de Macau depois da implantação de Hong Kong — na década de 1840 — em que os macaenses residentes no sul da China se encontraram maioritariamente concentrados no território de Macau. A enorme comunidade «portuguesa» residente de há longa data em Xangai foi forçada a sair dessa metrópole e a recolher-se a Macau; o mesmo acontecendo à grande maioria dos macaenses residentes em Hong Kong e noutros portos do Sudeste Asiático. De repente, a vida familiar dos macaenses foi praticamente interrompida pela presença inesperada de um número considerável de parentes num estado de destituição relativa.

japoneses e os seus colaboradores sujeitaram as autoridades portuguesas constituem um desses temas humilhantes aos quais os nossos informantes se referem veladamente, evitando entrar em detalhes.

A Guerra veio terminar com um outro tipo de actividade que tinha permitido o desempenho de cargos de elite a macaenses da geração anterior à geração presentemente declinante, espalhando-os pela China. Durante as últimas décadas da dinastia Qing e o período republicano, a modernização da China exigiu que o governo chinês contratasse técnicos e administradores vindos dos chamados *treaty ports* que ocuparam importantes lugares de chefia na administração chinesa do pré-guerra (como exemplo podemos citar o caso do macaense que, segundo uma sobrinha sua, foi director dos Correios de Tienjin). A geração de macaenses anterior à geração declinante participou activamente tanto nesse tipo de actividades como ainda nas actividades comerciais ligadas ao mundo dos *compradores*[17]. Em Hong Kong, no período anterior à Guerra do Pacífico, os macaenses (conhecidos pelo termo genérico de portugueses) preenchiam os lugares do funcionalismo intermédio. É importante destacar o papel que desempenhavam como *clerks* no *Hong Konf and Shanghai Bank* e que levou à formação da *Waifoong Portuguese Staff Association* num período em que Francisco Xavier Soares era o *chief-clerk* desse banco.

Para os membros da geração declinante as saídas profissionais no funcionalismo na China foram deixando de estar disponíveis. Por fim, a implantação da RPC acabou por completo com este género de actividade. Entre os jovens membros da elite intelectual chinesa que lideraram os primeiros dezasseis anos do regime comunista, o ressentimento contra esta sociedade dos *treaty-ports* — para eles, política, económica e culturalmente ambígua — era muito elevado. Para se julgar da força desses sentimentos, basta lermos a diatribe que contra eles escreve Fei Hsiao Tung em 1946 (1983: 50-151).

Uma vez desaparecidos os refugiados de guerra, a vida social e económica em Macau estagnou. Imediatamente depois da guerra, Hong Kong e Xangai voltaram a animar-se reabsorvendo muitas das

[17] Mais uma vez aí, a identificação europeia dos macaenses era ambígua e trazia consigo frustrações que davam azo a um estigma da humilhação. A passagem na qual Montalto de Jesus se refere a esta situação é bem elucidativa do processo: «Foi para essa colónia [Hong Kong] que emigraram os infelizes descendentes das outrora opulentas famílias [de Macau], e aí vegetavam como empregados de escritório, mal pagos, explorados e maltratados, sendo tirada indigna vantagem da sua miséria e sofrimento até morrerem, geralmente a trabalhar [...]. Era regra não haver promoções para um empregado português, por muito que merecesse, enquanto muitos empregados ingleses chegavam a ser o bem pago *taipan* dos velhos trabalhadores portugueses de confiança, que o tinham ensinado a trabalhar quando chegou» (1990 [1926]: 252).

famílias de euro-asianos de origem portuguesa que em Macau se tinham recolhido. Consequentemente, a geração nascida entre os meados da década de 20 e os meados da de 40 iniciava a sua vida activa no meio de uma atmosfera de depressão geral. Os macaenses, lembrando-se, por um lado, das humilhações da guerra e, por outro lado, da insegurança do regime administrativo português no período pré-guerra tinham pouca confiança no futuro do Território. Ocorreu então um dos surtos emigratórios em massa tão característicos da história de Macau. Um número significativo de famílias da elite macaense optou por se estabelecer em Portugal ou nas colónias africanas.

Uma vez superada a crise de confiança que levou tantas famílias macaenses a emigrarem logo nos primeiros barcos que se dirigiram a Portugal depois do fim da Guerra do Pacífico, os membros da geração declinante que ficaram em Macau (então jovens adultos) conseguiram recuperar o monopólio étnico tradicional: o domínio dos circuitos de comunicação (legal e linguística) entre a administração e a população chinesa. A emigração, é claro, só é apercebida como uma alternativa viável quando as pessoas detêm os meios necessários para se assegurarem que a sua condição social e económica nos países de destino é melhor que a que detêm em Macau. Os que não detinham esses meios viram-se forçados a depender do «privilégio» tradicional macaense.

Um número de jovens relativamente reduzido tinha conseguido obter as qualificações necessárias para exercer uma profissão liberal — para o que fora necessário fazer o curso do liceu e depois tirar um curso universitário em Portugal. São esses que constituem a elite dos macaenses nesta geração. Os restantes, porém, estavam largamente impossibilitados de recorrer a outros meios de rendimento que não fosse a administração ou um emprego nos meios comerciais de Hong Kong. As saídas que a administração oferecia eram muito limitadas, pois o Território passava mais um período de grave paralisia económica. Por outro lado, a vida comercial estava essencialmente nas mãos dos chineses. Os macaenses tinham um «privilégio» étnico mas, ao mesmo tempo, estavam limitados pela sua condição étnica. Nas palavras de um informante desta geração: *«Nós fomos para o funcionalismo ou para as profissões liberais, o comércio foi estupidamente considerado uma coisa [desprestigiantej... como em Portugal... não era uma coisa nobre. Mandavam-se os filhos para a Universidade. Quer ir para o comércio?, vai para fora: Hong Kong, Xangai... [...] Até agora os macaenses não são electricistas, não são carpinteiros, não são varredores de rua, não são sapateiros. Profissões manuais não têm, não existem. Porquê? Porque era norma até hoje. Quando as nossas moças foram para serem empregadas, para serem criadas no Hotel Lisboa, foi um escândalo em Macau, porque estava tudo perdido...»*.

Até aos meados dos anos 50, os chineses de Macau não estavam

em posição de pôr em causa esse privilégio. Por um lado, a grande maioria dos chineses continuava a ser pobre e iletrada, não constituindo, portanto, uma alternativa viável para o funcionalismo. Foram ainda anos em que muitos refugiados iam chegando ao Território, normalmente em condições de grande miséria. Por outro lado, os ricaços chineses que controlavam o jogo e o tráfico clandestino de ouro e ópio estavam fortemente ligados aos membros da elite macaense que os representava.

Figuras como Adolfo Jorge[18] e Pedro José Lobo[19] saíram do período da guerra com o seu poder social e económico reforçado. Vários entrevistados da geração declinante, que na altura iniciavam as suas vidas e que para tal dependeram fortemente do apoio destas pessoas, confirmam-nos que «os anos 50 foram a década de Pedro José Lobo» É interessante notar que tanto Stanley Ho como os principais líderes da comunidade chinesa da segunda metade do século (entre outros Ho Yin e Ma Man Kei) iniciaram as suas vidas em posições de relativa dependência a Pedro José Lobo, figura que, durante a guerra, na sua posição de director dos Serviços de Economia, controlava o racionamento. Foi, assim, o responsável pela negociação clandestina com os japoneses e os seus colaboradores chineses que permitiu manter os fornecimentos de arroz aos funcionários públicos e impedir que os macaenses sofressem as agruras da fome que vitimou tantos dos chineses refugiados no Território.

A partir dos anos 50 (Scott 1989: 241), Hong Kong inicia um processo de desenvolvimento rápido. Como sempre, Macau vai sentindo também os efeitos positivos deste movimento. Contudo, o aspecto que os informantes da geração declinante mais referem é o facto de, no período do pós-guerra, o Hong Kong and Shanghai Bank estar em expansão. Á ligação deste banco aos «portugueses de Hong Kong» (conhecidos em Macau como os *tonton)* prolonga-se através das décadas de 50 e 60. Ainda em 1967, Alberto «Moophy» Xavier foi responsável pela contratação da última geração de macaenses que saíram das escolas de Macau para ingressar no banco. Em Hong Kong a segunda metade dos anos 50 foi marcada por uma crescente crise de legitimidade do regime colonial britânico. Em 1956, ocorreram motins violentos, ostensivamente em suporte do Kuomingtang, mas de facto reflectindo a situação de

[18] Advogado de Kou Ho Neng, de quem era praticamente filho adoptivo, e de Fu Tak Iam — milionários que detinham na época o contrato de jogos — e ainda destacada figura salazarista.

[19] Um macaense educado no seminário de São José. Apesar de ser filho de pais chineses de Timor, Pedro José Lobo casou-se com uma senhora da família macaense Hyndman.

exploração extrema em que se encontrava a maior parte da população chinesa. A polícia levou três dias a controlar a situação, tendo morrido setenta e nove pessoas (Scott, 1989: 77). Como resultado, progressivamente, as condições laborais foram melhorando e iniciou-se o processo de afirmação de uma classe média chinesa. Com a saída de Albert Xavier do banco a política de contratações alterou-se, favorecendo agora a contratação de chineses de Hong Kong, oriundos da nova classe média que lentamente fazia o seu aparecimento na colónia britânica. Encontrando as suas possibilidades de promoção reduzidas pela competição com os novos contratados, vários dos macaenses que tinham saído de Macau nos anos 40 e princípios de 50 foram levados a emigrar novamente, desta vez para países anglófonos — sendo este o percurso de muitos dos membros da geração declinante que hoje se encontram na Austrália e Canadá.

Em Macau, entre 1949, quando os comunistas chegam ao poder na China, e os distúrbios de 1966/67, a tensão étnica entre o sector lusófono e o sector sinófono da população aumenta progressivamente. Como já acontecera nos anos 20, este conflito era então personalizado na figura do «soldado landim» — os membros do batalhão de soldados moçambicanos que, antes do início da guerra colonial, asseguravam a protecção militar de Macau e que estavam sediados no forte de Mong Há. Estes eram profundamente odiados pelos chineses — por isso, ainda hoje, o forte é conhecido na gíria de Macau como *hak1 kwai2 san1* (literalmente, montanha dos demónios negros), estando associados a ele toda uma séria de terrores supersticiosos. No decorrer dos anos 50, chegou mesmo a ocorrer um incidente grave com tiroteio entre as forças portuguesas e as forças chinesas nas Portas do Cerco que resultou de um conflito entre guardas fronteiriços landins e chineses.

Pelas razões que já foram apontadas anteriormente, em Macau, o equilíbrio de forças raramente privilegia a administração portuguesa. Quando ocorre uma crise de legitimidade grave e a população chinesa entra em confrontação aberta com a comunidade lusófona, as soluções passam invariavelmente por uma reiteração da subalternidade do poder da administração. Assim, por exemplo, em 1957, numa ocasião em que se celebravam os 400 anos da presença portuguesa em Macau, ocorreu mais um destes braços de ferro que caracteristicamente redundam numa perda de poder negociai para a administração. Para os macaenses da geração declinante, que se identificavam fortemente com o poder colonial português num período de crescente confrontação étnica, estas ocasiões redundavam numa forte perda de prestígio local acompanhada de uma sensação de insegurança. Como dizem os macaenses, «nós, perante os chineses, perdemos cara».

Os acontecimentos foram-me assim descritos por um informante da geração declinante: *«Quando completou 400 anos [...] da*

existência de Macau fez-se um monumento... sabe onde é a D. Maria? Sabe onde é o reservatório de água? Tem lá uma curva assim que vira para baixo. Havia ali naquela curva um monumento enorme, lindíssimo, de celebração dos 400 anos de existência de Macau, dos portugueses aqui em Macau. Os chineses não piaram, deixaram fazer; faltavam só três dias para a inauguração... a festa é o dia da cidade. Tudo pronto, cartões de convite enviados, etc. Deram 48 horas para demolir o monumento. 48 horas! Aquilo levou tempo a fazer, deram só 48 horas para demolir o monumento. Que é que fizeram? Não havia tempo a perder. Meteram dinamite e arrebentaram com aquilo tudo. Acabou-se! Acabou-se a festa, acabou-se 400 anos e tudo!».

Este acontecimento surge como particularmente representativo porque ele vem na linha de uma disputa pelo controlo do próprio Território que viria a assumir aspectos crescentemente mais graves até à sua erupção aberta em 1966/67. Por muito anticomunistas que sejam, os chineses de Macau, tal como os de Hong Kong (cf. Scott, 1989), nunca puseram em causa o facto de que Macau é um território chinês e que, como tal, a soberania deve pertencer ao governo da China. Durante o conturbado período de colapso da dinastia Qing, o igualmente conturbado período da República, a trágica ocupação japonesa e a subsequente guerra civil — a presença colonial portuguesa em Macau era o mal menor para a maior parte da população chinesa residente. Durante a década de 50, porém, o governo da RPC estabelece-se como governo legítimo na China e, apesar de serem predominantemente anticomunistas, os chineses de Macau começaram a sentir o jugo colonial com crescente acrimónia.

Em particular, os anos 60 vêem um crescer rápido de tensões, não só entre os dois estados (que, vivendo tão próximos, estavam de costas viradas um para o outro) como no próprio interior do Território, entre a comunidade de língua chinesa e a comunidade lusófona. Inicia-se, então, o processo de desenvolvimento de algo de novo em Macau: uma classe média chinesa[20]. A guerra e, mais tarde, as várias purgas ideológicas do regime comunista, tinham deixado no Território as sementes de uma elite intelectual chinesa, algo que até ali não existia. Não é, portanto, surpreendente que a próxima grande crise tenha sido despoletada precisamente por uma tentativa da comunidade chinesa de abrir uma escola na Taipa.

[20] Optamos por uma definição deste termo semelhante à que usa Ian Scott quando, falando de Hong Kong neste período, diz: «One of the primary characteristics of the middle-class is that it is more of a salariat than a traditional production-owning bourgeoise. It owes its affluence to the expansion of private and public sector bureaucracies, to the economy's need for more professionals and to the new opportunities available in the financial sector» (1989: 245).

Para a população chinesa que se ia estabelecendo em Macau, e particularmente para uma elite de refugiados políticos, o regime colonial era altamente ofensivo. No mesmo período, como resultado da perda da índia e da guerra colonial africana, a presença colonial portuguesa está cada vez mais a ser posta em causa internacionalmente. O regime comunista na China, agora plenamente em controlo, começa a interessar-se pelos desígnios da população chinesa do Território. O governo chinês inicia então a política de estabelecimento de contactos com os líderes das comunidades chinesas fora da China — os chamados «capitalistas patriotas». É assim que, posteriormente à morte de Pedro José Lobo, figuras como Ma Man Kei e Ho Yin acabam por assumir o papel de ponte de ligação entre os chineses de Macau e o regime de Pequim.

Na esteira de Hong Kong, Macau inicia também nessa época, se bem que ainda lentamente, o processo de desenvolvimento económico que viria a intensificar-se nas décadas seguintes[21]. A legitimidade do regime colonial português perante a comunidade chinesa entra em crise. Os macaenses, que até aí formavam praticamente a única classe média de Macau, viram-se crescentemente confrontados com a nova classe média chinesa de base empresarial. Instala-se uma situação de conflito surdo entre as duas comunidades.

Hoje, são os próprios informantes macaenses que reconhecem que «A população chinesa de Macau estava a ser muito mal tratada. Os funcionários desdenhavam. Isto fazia revoltar a população». Na verdade, a tensão étnica foi crescendo de tom. Durante os anos 50 e a primeira metade dos anos 60, os macaenses da geração declinante sentiam, por um lado, que a sua presença no Território era perfeitamente legitimada por 400 anos de história. Eles eram os verdadeiros *tou2 saang1* — os «filhos da terra» — e não os chineses, para quem Macau nunca foi mais do que uma *stepping-stone;* uma fuga para as agruras a que os sucessivos governos chineses sempre obrigaram os seus súbditos[22]. Por outro lado, contudo, a presença chinesa no Território era crescentemente visível.

O que estava em causa era uma disputa entre dois projectos étnicos — para os macaenses dessa geração, durante esse período, a preservação do seu monopólio étnico dependia do estabelecimento da legitimidade da sua presença. Assim se percebe, aliás, a atitude de apoio político ao regime colonialista português, que era praticamente unânime. Para os residentes chineses da mesma

[21] Jorge Morbey situa as origens deste processo ainda na década de 50 (1990: 63).

[22] Como insiste Albert Yee, quando identifica o complexo de *people misruled,* 1989.

geração, porém, o projecto étnico correspondia a uma promoção a valores de classe média; ora essa possibilidade ser-lhes-ia negada caso não estabelecessem a legitimidade da sua presença. Em suma, havia uma luta pelo controlo dos direitos de cidadania.

Dentro deste contexto se devem interpretar os numerosos relatos espontâneos que fomos obtendo de entrevistados chineses da geração declinante sobre violência dirigida contra eles por macaenses nos anos 50 e princípios dos anos 60. Na sua essência, estes relatos foram confirmados por macaenses — cuja atitude para com os chineses, hoje, há que insistir, é radicalmente diferente. A tensão étnica e a violência eram patentes, por exemplo, em torno de actividades de juventude, como os jogos de futebol que, na voz de muitos dos que então participavam, frequentemente terminavam em grandes cenas de pancadaria entre macaenses e chineses. Curiosamente, as histórias de violência que nos foram relatadas podem todas ser lidas como simbolizando uma mesma coisa: a tentativa por parte de macaenses de limitar os direitos de cidadania de chineses, nomeadamente o direito ao livre movimento e ao livre acesso aos serviços da administração.

Por exemplo, um jogo comum entre os jovens macaenses nos anos 50 consistia em esconder-se um grupo de rapazes nos becos escuros que dão para a Rua Almeida Ribeiro (a principal artéria da cidade), esperando que passasse um transeunte chinês. Apanhando-o desapercebido, assustavam-no e chegavam mesmo a bater-lhe, «para lhe dar uma lição».

Outro exemplo foi-nos relatado por um senhor chinês da geração declinante (nascido na década de 30). Estando o nosso entrevistado a falar com um macaense à porta da sua casa, perto de onde está a Imprensa do Governo, passou um pedinte chinês idoso. O macaense chamou o pedinte, tendo-o em seguida esbofeteado e pontapeado. Finalmente, por intervenção do nosso entrevistado, o pedinte conseguiu fugir de rastos. Tendo ele perguntado ao macaense a razão deste seu gesto, recebeu a resposta de que já tinha por mais de uma vez dito ao pedinte que não passasse à porta dele e que o outro tinha ignorado essa ordem, pelo que agora o punia[23].

No que se refere ao livre acesso aos serviços da administração, limitar-nos-emos a um exemplo. Nos Correios, os chineses tinham por hábito não formar bicha, o que irritava uma senhora macaense responsável pela venda de selos. Era seu hábito, portanto, munir-se de uma longa vara de cana com que batia as pessoas que quebravam

[23] Outros casos mais graves, envolvendo sevícias sexuais sobre jovens chinesas que passavam na rua sem protecção masculina por parte de membros do exército, não nos foram relatados com suficiente pormenor para que tenhamos a certeza absoluta da sua ocorrência.

a bicha. Certo dia ela terá sido particularmente violenta, magoando as pessoas a tal ponto que estas se foram queixar ao chefe de secção, também macaense. A resposta que obtiveram foi que era de facto uma inconveniência, e que, portanto, se não queriam sujeitar-se a ela, teriam simplesmente que deixar de comprar selos.

Ameaçados no que sentiam ser o seu domínio étnico, os macaenses da geração declinante tentavam reimpor esse domínio, cerceando os direitos de cidadania que a população chinesa, liderado por uma nascente classe média chinesa, começava a exigir. As acusações de tratamento discriminatório e particularmente de tentativas de impedir o acesso dos chineses aos serviços da administração, que viriam a ser uma tónica central das queixas dos cidadãos chineses durante os distúrbios do *1,2,3*, são sinais dessas exigências.

Não pensamos que se possa considerar a generalização da corrupção ou da prática do suborno como factores principais nesta revolta, como por vezes é argumentado. Como ainda hoje é amplamente aparente, tais práticas, em Macau, não são o apanágio de um único grupo étnico. Pelo contrário, no confronto entre os dois projectos étnicos de então, a livre circulação por Macau e o acesso aos serviços da Administração eram os principais símbolos de domínio e, como tal, estavam em disputa.

Não nos compete aqui fazer a história dos acontecimentos de Dezembro de 1966-Janeiro de 1967 — o chamado *1,2,3*. As autoridades de então, tanto na Câmara das Ilhas (onde se situava a escola em causa) como no Governo, estavam fortemente ligadas aos interesses da comunidade macaense[24] e terão sido porventura afectadas pelo clima de agressividade que então se via entre os macaenses e a nascente classe média chinesa. Porventura, a tal se deve a cegueira do governo para perceber a gravidade da crise que estava iminente — mesmo tendo sido seriamente prevenido do que poderia vir a ocorrer pelos principais líderes da comunidade chinesa. Parece não haver dúvidas que a resposta aos justos protestos da comunidade chinesa terá sido desadequada e até violenta, dando azo a uma sublevação da população. Foi então que as autoridades da República Popular da China decidiram intervir — entre outras coisas com a finalidade de se substituírem ao Kuomingtang, como principal força política chinesa no Território. Esta era para eles a ocasião ideal de, nas palavras de uma pessoa chinesa que participou nos acontecimentos, «educar a população chinesa de Macau para amar a pátria».

Na verdade, apoiando os chineses de Macau, o governo comunista manifestava-lhes que não era simplesmente um governo

[24] Por exemplo, o Encarregado do Governo, que era também Comandante Militar de Macau e Presidente do Leal Senado, estava casado com uma senhora de uma família da elite macaense.

sectário, mas sim o governo de uma nação da qual eles, apesar de viverem sob administração portuguesa, faziam parte. Sentindo que a altura chegara para alterar o equilíbrio de forças no Território, a população chinesa aderiu em peso, adoptando a retórica de massas característica da Revolução Cultural. Talvez os actos simbólicos mais significativos destes distúrbios tenham sido o derrube da estátua do Coronel Mesquita e o saque do Leal Senado.

Ameaçadas pelo exército chinês e incapazes de controlar a população chinesa de Macau, as autoridades portuguesas foram obrigadas a ceder às suas exigências, sujeitando-se ao que, para os macaenses, continua ainda hoje a ser uma memória dolorosa de humilhação étnica: a assinatura pelo governador de um acordo, fora do Palácio do Governo, na sede da Associação Comercial de Macau — organismo controlado pela República Popular da China. Dizia-nos um macaense pertencente à geração declinante (e que, segundo ele próprio diz, não presenciou tal cena por ela ser por demais humilhante): «Nesa altura viu-se que Macau tinha os dias contados».

Mais uma vez o surto emigracional que se seguiu a este trauma foi notável, incidindo particularmente sobre as famílias de elite, que estavam melhor situadas para encontrar saídas em Portugal, no Brasil ou na Austrália. As retaliações foram múltiplas e gravosas — chegando a haver macaenses ameaçados e batidos na rua. A situação no Território manteve-se muito instável até mais ou menos 1974/75: esses terríveis oito anos»[25].

Posteriormente ao sanar das feridas deixadas por este incidente, veio a verificar-se uma alteração radical nas relações interétnicas. A luta pela legitimidade — pela posse moral do Território — é essencialmente ganha pela população chinesa, que passa a ter muito mais peso e a ter uma voz activa (se bem que sempre indirecta) na gestão do Território. Ao mesmo tempo, a República Popular da China instala em Macau uma administração-sombra do Território.

A intensa conflitualidade que marcou a década de 60 foi sendo substituída, durante a década de 70, por um processo de lenta aproximação dos macaenses da comunidade sinófona. Os informantes macaenses com quem falamos afirmam abertamente que o *1,2,3* mostrou aos membros da comunidade que o futuro de Macau estava impreterivelmente nas mãos dos chineses. Assim, o percurso de vida da geração hoje controlante tem algo de profundamente irónico. Nos últimos anos da década de 60 e primeiros da seguinte,

[25] Curiosamente não parece haver concordância entre os informantes lusófonos que estiveram em Macau na época sobre quem é que sofreu mais, se os portugueses da República, se os macaenses. Há contudo, acordo no que se refere à vingança por parte da população chinesa contra indivíduos macaenses específicos, conhecidos pelos actos de brutalidade e prepotência que regularmente cometiam.

estes jovens adultos prepararam-se para um abandono progressivo de Macau, no meio de mais um dos surtos de emigração que regularmente sangram a comunidade macaense, deixando-a sem os seus elementos mais activos. Contudo, inesperadamente para todos, nos meados da década de 70, a situação altera-se. Na sequência do 25 de Abril em Portugal (1974) e da morte de Mao Tse Tung em Pequim (1976) e do surto de desenvolvimento rápido da costa asiática do Pacífico, Macau levanta-se outra vez das suas cinzas. As relações entre os dois estados passam a ser de diálogo cooperante, enquanto que, em Macau, as relações étnicas entram decididamente numa nova fase.

2.2. O PERCURSO DA GERAÇÃO CONTROLANTE

São as sucessivas negociações do contrato de jogos, iniciadas pelo governador Jaime Silvério Marques em 1961, que vêm permitir novas vias de desenvolvimento a Macau. A administração começa então a ter mais disponibilidade económica, o que afecta directamente os macaenses. As décadas de 60 e 70 constituem um compasso de espera. É, de facto, a década de 80 que vê surgir um lançamento económico vigoroso e um reestruturar radical das relações étnicas em Macau, nomeadamente devido ao crescimento desenfreado da comunidade chinesa e ao amadurecimento de uma classe média chinesa com expectativas de promoção e consumo.

O trauma que foi a Revolução Cultural e a sua manifestação violenta em Macau no *1,2,3,* constituiu uma quebra profunda na vivência dos «filhos da terra». Num certo sentido, poderíamos até falar de «novos macaenses». A velha ordem, na qual a comunidade era liderada pelas caracteristicamente enormes «famílias tradicionais», deu lugar a uma nova ordem política e económica, mas também a novos regimes de vida familiar.

A geração que agora é *controlante* e que, na altura, estava a terminar a sua educação e a entrar na vida adulta foi confrontada com uma realidade bem diversa da que a geração anterior tinha experimentado nesse mesmo período fulcral do ciclo de vida. Aqueles que não emigraram, procurando uma maior segurança noutro local, foram levados a assumir uma atitude mais colaboradora para com a comunidade chinesa.

Na segunda metade dos anos 70, devido à pressão do desenvolvimento económico de Hong Kong, às necessidades crescentes da classe média chinesa e às reivindicações destes últimos veiculadas pelos novos meios de pressão política que tinham surgido como resultado do 1,2,3, torna-se necessário modernizar a administração do Território. Até então, a administração portuguesa de Macau podia ser caracterizada nos mesmos termos em que Ian Scott descreve o governo de Hong Kong antes de 1966/67: «Era um estado minimal com funções reduzidas a um nível compatível com a

manutenção da sociedade. O estado era primordiamente responsável pela lei e ordem tanto internamente como na protecção do comércio com a China. Também dispensava justiça e detinha responsabilidades nas áreas da saúde e saneamento básico, das obras públicas e de um serviço social rudimentar; controlando ainda a disponibilização de terra, o rendimento e os impostos. Muitas destas funções foram inicialmete realizadas mais passiva do que activamente» (Scott, 1989: 42).

Em 1975, como resultado da Revolução do 25 de Abril em Portugal, inicia-se o processo de retirada das tropas portuguesas aquarteladas no Território, assim como uma maior distensão das relações com a República Popular da China. Para além de outras importantes implicações, estas alterações vieram exigir uma nova forma de governação, por um lado, mais sistemática e moderna e, por outro lado, mais consensual e responsável para com uma população, cujo conteúdo étnico chinês crescia num ritmo desenfreado. Na verdade, a partir de 1979, a RPC começa a permitir a entrada em Macau a um maior número de emigrantes chineses.

O primeiro governador pós-revolucionário, Garcia Leandro, instituiu uma política que viria a ter profundas repercussões no Macau dos anos 80: a chamada «macaização dos quadros». Novos lugares foram criados, para os quais se recorreu a quadros macaenses oriundos da República. Inicia-se assim uma alteração substancial da composição da estrutura administrativa do Território. Largamente como resultado de diligências pessoais suas, volta ao Território um núcleo de jovens quadros que viria a constituir a elite macaense da geração hoje controlante.

Já a partir dos anos 60 que a televisão de Hong Kong vinha tendo um enorme impacto na vida familiar macaense: pela primeira vez, o cantonense entrava nas casas dos macaenses como língua de prestígio e de modernidade. Desde então também se tinha vindo a notar um desenvolvimento de escolas chinesas e o aparecimento do embrião de uma *intelligentzia* chinesa. Os macaenses, que formam uma classe média estabelecida na base da administração, foram-se sentindo progressivamente mais próximos da classe média chinesa agora seguramente acantonada na área dos serviços. Esta aproximação reflecte-se mesmo na adopção por parte da geração controlante de novas estratégias matrimoniais e numa alteração das atitudes linguísticas face ao bilinguismo cantonense/português dos macaenses[26]. Estamos perante o que se poderia chamar um novo projecto étnico macaense.

Enquanto a geração declinante é marcadamente católica, entre os membros da geração controlante encontra-se mais frequentemente um catolicismo pouco devoto. Ao mesmo tempo que há uma percentagem menos elevada de praticantes, verificou-se também

[26] Estamos gratos à dr.ª Monica Chan pelo apoio que nos deu nesta área.

uma difusão das chamadas «superstições chinesas» entre os macaenses. Recorrendo a todas estas práticas rituais chinesas, os macaenses estão também a mostrar a sua maior permeabilidade a uma cultura que a geração declinante tinha ainda sido educada a desprezar.

Na segunda metade dos anos 70 surge toda uma nova série de possibilidades para os macaenses. A administração vai-se alargando, os salários dos funcionários melhoram consideravelmente e as prorrogativas que estes auferem vão-se tornando mais significativas (sobretudo ao nível do fornecimento de habitação).

Perante a urgência da necessidade de modernizar a administração, o Governador Almeida e Costa é levado a entrar em conflito com os líderes da comunidade macaense que, naturalmente, pretendiam proteger os seus interesses investidos. Retrospectivamente, essa crise apresenta-se quase como inevitável, pois permitiu quebrar alguns dos processos de funcionamento burocrático instituídos e forçou a elite política macaense a realinhar as suas alianças, nomeadamente por relação aos novos líderes da geração contro-lante chinesa (vide Morbey, 1990). Apercebido na altura pelos macaenses como um desafio ao seu monopólio étnico, este processo acabou por não ser mais do que um percalço de crescimento.

Durante a década de 80, surge essa nova geração de quadros macaenses, que, saídos do Liceu, tinham estudado em Portugal. Com eles, a comunidade macaense reconstitui o seu monopólio étnico e atinge um grau de prosperidade que já não conhecia desde o período anterior à fundação de Hong Kong. Estabelecem-se ainda novas práticas legitimadoras claramente explícitas na obra de uma pequena mas vigorosa elite de promotores culturais, escritores, editores e *designers*[27]. Trata-se, na verdade, de uma nova leitura do Macau histórico que reflecte a existência crescentemente mais aparente no decorrer da década de 80 de um novo projecto étnico macaense. Ora se, por um lado, a nova leitura da história que tem vindo a ser elaborada tende a formular Macau como uma encruzilhada de culturas, reflectindo a nova aproximação entre as classes chinesa e macaense, por outro lado, ela tem também um elemento de validação da própria presença dos macaenses em Macau.

Os macaenses não se apresentam mais como a guarda avançada da civilização cristã ocidental e do projecto colonial português — formulação característica do projecto étnico da geração declinante, antes de 1966/67 —, mas sim como uma etnia distinta tanto da chinesa como da portuguesa, resultante de longos séculos de diálogo cultural nas fronteiras da China e do mundo colonial europeu. Desta forma, eles legitimam a sua presença perante os novos

[27] Os nomes de António Conceição Júnior, de Henrique Senna Fernandes ou da editorial Livros do Oriente, entre outros, vêm à mente, sem falar, é claro da notável obra realizada pelo Instituto Cultural de Macau ou o Instituto Português do Oriente.

competidores que são a classe média chinesa, não já por relação a direitos de soberania colonial (como é tão explícito no fascinante e empolgado relato histórico de Montalto de Jesus 1990 [1926]) mas por virtude da contribuição histórica que Macau constitui para a própria China.

O pleno amadurecimento deste discurso no início da década de 90 e a sua adopção por parte da comunidade lusófona estão directamente ligados à crescente influência cultural e política da elite macaense pertencente à geração controlante no seio da administração. A evolução do projecto étnico da geração controlante, projecto esse que a geração emergente adopta, é no sentido de preparar uma continuidade com o período de transição política que se avizinha. Para tal, estão até a ser criados por membros da geração controlante associações de interesse político e grupos de pressão semi-formal.

Poderíamos citar muitas afirmações públicas em que este discurso se torna explícito. Limitar-nos-emos a dois exemplos. O Festival Internacional de Música de Macau de 1992 anunciou a sua realização na Rádio através de um *spot* publicitário em que se recomendava como «um diálogo de culturas através da música». Esta atitude, aliás, estava bem patente na própria organização dos eventos que integraram o Festival. Um segundo exemplo, que merecia um tratamento bem mais prolongado, será aqui apenas referido: a reacção por parte da comunidade lusófona ao transporte da estátua Ferreira do Amaral para Portugal. A estátua correspondia a um projecto étnico francamente colonial legado à geração declinante por uma geração hoje falecida, que era controlante nos anos 40[28]. Se a remoção da estátua no início dos anos 90 se deve a uma sugestão das autoridades da RPC, marcada pela intransigência característica de quem não respeita a história, também é verdade que a mensagem implícita na estátua já não encontrou nenhum porta-voz de peso entre a elite lusófona de Macau. O seu desaparecimento não levantou polémica e a imprensa lusófona limitou-se a manifestação de um saudosismo brando (p.ex., *O Clarim*, 30/10/92)[29].

No início da sua vida de adultos, os jovens saídos do liceu na década de 70, que vieram a beneficiar da política de «macaização»

---

[28] É de realçar que qualquer identificação fácil e intemporal da estátua e da sua imagem com a comunidade macaense é incorrecta, já que, em vida do Governador Ferreira do Amaral, essa comunidade manifestou-se claramente contrária aos desígnios colonialistas que ele sustinha.

[29] Curiosamente, também a imprensa chinesa limitou o seu triunfalismo a um tom menos agressivo que o que costuma caracterizar o porta-voz da RPC, talvez por sentir que os chineses residentes em Macau há mais de cinco ou dez anos não se sentem particularmente representados por este gesto simbólico. Foi-me até afirmado por um membro da classe média profissional chinesa que sentia «que lhe estavam a roubar a sua história».

do governo de Garcia Leandro e, mais tarde, na década de 80, das variadas interpretações da ambígua política de «localização», tinham uma vocação de abandono, como aliás eles próprios confirmam: «Nós não pensávamos voltar a Macau. Não havia aqui grande saída. Macau era uma terra morta». Assim, a pujança inesperada que caracterizou a década de 80 concedeu a esta geração, presentemente controlante, possibilidades com as quais os seus pais não teriam sonhado.

Esta observação aplica-se não unicamente aos que ocuparam cargos de elite, mas a todos em geral, pois o desenvolvimento económico de Macau veio criar muito maior procura para os serviços de mediação, nos quais os macaenses tradicionalmente se especializaram. Começou a surgir um novo tipo profissional macaense que, integrado no sector comercial e dos serviços, atingiu uma pujança económica que, até então, tinha estado vedada à maioria dos membros da geração declinante. Neste aspecto, a aliança que se vai manifestando crescentemente entre a nova classe média chinesa e os macaenses beneficia a todos quantos, legal ou clandestinamente, se prestem a servir os interesses económicos que, no decorrer da década de 80, se foram desenvolvendo.

Algo de notável se passa também com a geração declinante. Os membros desta geração que ficaram em Macau descobriram que a nova conjuntura lhes abria novos meios de explorar as técnicas de comunicação interétnica que possuem. Pessoas que se tinham reformado sem grandes esperanças de promoção socio-económica, descobriram agora que, já na velhice, lhes era possível acumular pecúlios consideráveis, com os quais podiam assegurar um futuro mais próspero, caso viessem a ser obrigados a abandonar Macau. Assim, é muito característico dos membros mais novos da geração declinante que tenham optado por uma reforma adiantada da função pública (que lhes é facilitada pelo regime de contagem de tempo praticado no Território) com a finalidade de irem exercer actividades remunerativas de ordem privada. Em muitos casos com que nos deparámos, a experiência e os contactos adquiridos durante a carreira na função pública (seja na polícia, nas finanças, na inspecção de jogos, ou ainda em outros departamento do Estado) tornavam estas pessoas particularmente interessantes para os seus patrões ou sócios no sector privado. Como comentava, em princípios de 1990, um padre português: *«Aqui há uns dez, quinze anos, um reformado, reformava-se e pronto. Ficava em casa ou tratava o seu jardinzinho — quase todas as casas tinham o seu quintalzinho. Hoje, não. Hoje, reformam-se e vão todos para um segundo trabalho. Reformam-se da polícia ou do funcionalismo e vão... é isto. Talvez também a ganância ou este espírito de se sentirem na necessidade de melhorar a sua situação económica para emigrarem depois e levarem alguma coisa».*

Para os membros da geração controlante, muitos dos quais

tinham até estabelecido vida em países que entretanto entraram em crise económica — como o Brasil —, Macau voltou a ser uma terra muito apelativa. Na década de 80, muitos emigrantes dos anos 60 voltaram ao Território, numa tentativa de explorar um capital étnico que, hoje, não é já o mesmo que assegurou a segurança dos seus pais na década de 50. Se bem que a identificação com a cultura e a língua portuguesa seja ainda a principal justificação do predomínio que os macaenses têm na administração pública, o seu papel como mediadores com a comunidade chinesa alargou-se consideravelmente. Comentando sobre o abandono de actividades religiosas, por exemplo, dizia-nos o mesmo padre: *«Outra causa será esta vida muito agitada que sé vive em Macau ultimamente, porque são pessoas que têm o seu emprego mas depois das horas do emprego têm outro segundo emprego part-time pela noite fora. Ou é numa companhia, ou é nas corridas de galgos, ou é nos cavalos, ou é em hotéis, esses «boîtes» nocturnos, etc.».*

Na década de 80, o capital que permite aos macaenses protegerem o seu monopólio étnico não é já o capital de portugalidade, mas sim o da comunicação interétnica: isto é, posto na sua forma mais simples, o seu conhecimento da língua cantonense falada conjugado com o seu conhecimento da língua portuguesa falada e escrita.

2.3. O PERCURSO DA GERAÇÃO EMERGENTE

Para os membros da geração emergente que, no início da década de 90, lançam as bases da sua vida profissional futura, a questão põe-se de forma distinta. A Declaração Conjunta de 13 de Abril de 1987 marca um termo para o regime administrativo português tal como ele presentemente existe. Se bem que, formalmente, a língua e o direito português devam manter o seu estatuto oficial durante algumas décadas, para os macaenses os riscos são demasiado evidentes para que eles possam confiar em promessas vagas de um regime político que é conhecido pelas suas atitudes fortemente nacionalistas e pela sua imprevisibilidade ao nível das decisões[30]. Nesta secção limitar-nos-emos a fazer algumas considerações genéricas sobre a geração emergente; por um lado, porque é menos fácil falar de um grupo que ainda não se exprimiu na sua pujança e, por outro lado, porque numa outra ocasião analisaremos mais detalhadamente material referente às atitudes por eles assumidas.

Os macaenses prevêem que, em 1999, termine o seu controlo sobre o monopólio étnico que os protegeu da classe média chinesa em desenvolvimento durante as últimas três décadas. A partir dessa

[30] Mais recentemente, os acontecimentos de 4 de Junho de 1989 vieram exacerbar esta falta de confiança, tanto por parte da população chinesa como da macaense (ver Morbey, 1990: 75).

data, entrarão em aberta competição com os chineses, e o trunfo que constituía a associação cultural dos macaenses com as figuras dominantes da administração, estará, então, nas mãos da classe média chinesa.

Por conseguinte, hoje[31], para os membros da geração emergente, a hipótese de uma nova reconstituição do seu monopólio étnico parece pouco viável. Apesar de serem criados num Macau economicamente próspero (contrariamente às duas gerações que os precederam), também eles entram na vida com o espectro do abandono perante si. A opção de elite é obter uma educação universitária num país anglófono estrangeiro onde, mais tarde, possam vir a integrar-se, caso tal acabe por ser necessário.

Algo ainda aproxima estes jovens da geração emergente dos chineses de classe média de Macau — a necessidade de usar a sua estadia em Macau como uma forma de lançar bases seguras para um futuro profundamente incerto. Trata-se, explicitamente, daquilo a que Albert Yee chama o *stepping-stone syndrome* (1989): resumidamente, sentindo total desconfiança perante os governos chineses, as pessoas usam Hong Kong e Macau como pontes para atingir a liberdade, a estabilidade e a prosperidade. Por isso até o mito da emigração perpassa as estratégias pessoais de projecção de vida para os jovens macaenses tanto quanto para os jovens chineses de classe média.

Como exemplificação desta tendência, reproduzimos aqui dois trabalhos de alunos do 8.° ano (entre 13 e 15 anos) da classe de Informática da escola lusófona D. Bosco. O tema do trabalho entregue pelo professor foi «Conte uma história em banda desenhada». Foi com surpresa que verificou que grande parte dos alunos tinha optado por contar histórias em que se reflectia o espectro do abandono[32].

Figura I foi a resposta de um aluno macaense, filho de pai português e mãe chinesa — Jorge M. — donos de um restaurante na

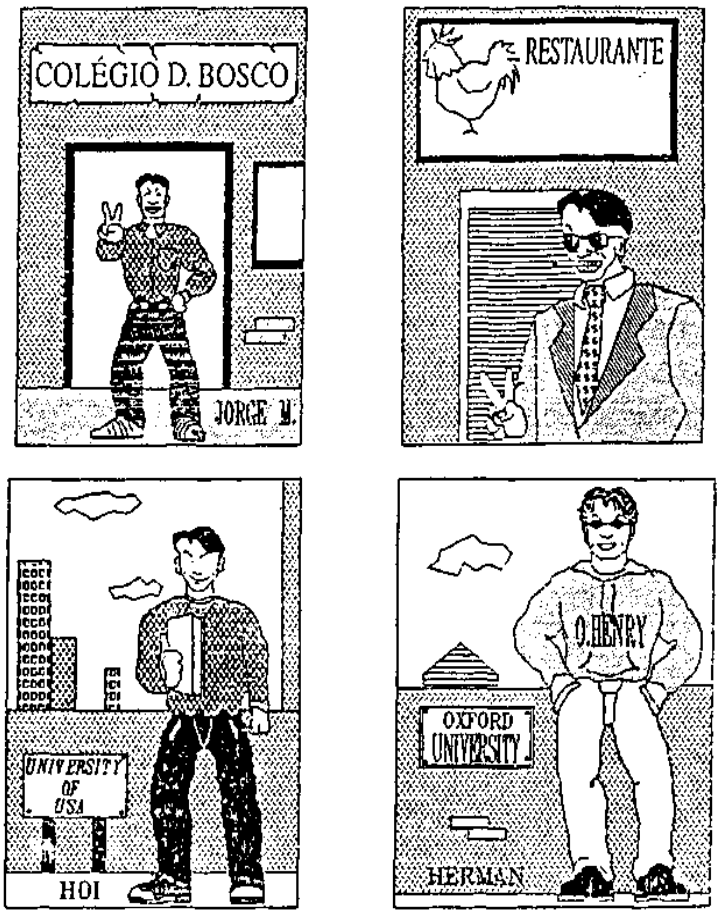
---

[31] Referimo-nos aos primeiros anos da década de 90. Uma das características fascinantes de Macau é a imprevisibilidade dos acontecimentos políticos. Pelo que não é de rejeitar a hipótese de que, conforme os instrumentos legais que vão governar Macau no século XXI (tais como a Lei Básica) se vão tornando mais claros e conforme as condições de uma certa mobilidade geográfica se forem verificando (tendo em mente sobretudo o aeroporto), o discurso da elite macaense não venha a inflectir-se no sentido de permitir criar pontes para uma continuidade pós-1999. Encontramos, provavelmente, já sinais desta atitude em comentários tais como o que faz um jovem líder macaense, no sentido de que «não devemos ser tão pessimistas quanto ao projecto da futura mini-constituição de Macau», porque «é um importante documento, já que baliza a presença e a continuidade da comunidade macaense em Macau, pois vamos passar a saber quais são as regras do jogo» *(Tribuna de Macau,* 26/10/92, p. 18).

[32] Estamos gratos ao dr. João Vieira Branco que, tendo-se apercebido no interesse que este material dos seus alunos poderia ter para o nosso projecto a título de exemplo, o pôs à nossa disposição.

Taipa. Note-se que os amigos estão a preparar-se para uma vida de elite num país anglófono e que os termos da imaginária pergunta que é feita ao Jorge pelo amigo chinês Hoi são tais que explicam que ele só ainda não saiu porque está a desfrutar ao máximo das possibilidades que Macau oferece para se tornar «rico» (o que é ainda sublinhado pelos cifrões na gravata, no quadrado superior direito em que se vê o Jorge em frente ao restaurante dos pais). Mais uma vez, vemos aqui a necessidade de recorrer ao privilégio para obter a segurança, perante a impossibilidade de conjugar ambos.

[FIGURA I]



Meu caro amigo Jorge:

Ó meu amigo, está tudo bem?

Eu sei quando acabaste de estudar foste trabalhar no restaurante do teu pai. E agora? Já és rico e ou estás à espera de venderes para sair daí.

Eu estou a estudar na universidade da América e trabalho num banco grande.

E o Herman, ainda estuda no Oxford university?

No próximo ano passo por Macau e espero ainda poder estar contigo.

Abraços do

Hoi.

Figura II foi a resposta de dois irmãos chineses escolarizados em português. É interessante verificar como o espectro do abandono se levanta aqui da mesma forma — desta vez o idioma do sucesso empresarial é substituído ao idioma do sucesso desportivo, mas é igualmente aparente que a emigração só é uma opção para quem tenha meios de se assegurar de segurança no país de destino. Em ambos os exemplos, e apesar de terem origens étnicas distintas, os alunos demonstram que o seu imaginário juvenil está perpassado pela necessidade de obter segurança num contexto social que é visto como uma mera *stepping-stone*.

Não é de surpreender, portanto, que se tenha tornado prática corrente entre os jovens casais macaenses fazer uma viagem a Lisboa para comprar um apartamento mesmo antes de realizarem as cerimónias do matrimónio. Muitos começam a poupar para a casa em Lisboa (ou noutro local onde tenham parentes, contactos e direitos de residência) ainda antes de se terem decidido pelo casamento. Aliás, esta atmosfera de emigração pendente afecta imenso o próprio ambiente doméstico. Tal como em muitas casas

[FIGURA II]

chinesas, há uma tendência a investir muito pouco na casa de Macau, já que ela é concebida como uma residência temporária[33].

Os jovens macaenses educados em Macau na década de 80 vêem a sua segurança no futuro numa colagem à classe média chinesa de Macau. Como tal, a sua agressividade juvenil não é dirigida contra os chineses mas sim contra os portugueses da República. Os violentos distúrbios ocorridos entre os alunos do Complexo Escolar em 1988 são o melhor sinal deste processo. Como nos dizia uma testemunha ocular das ocorrências, o lema a que recorreram os jovens macaenses que iniciaram as hostilidades no Complexo Escolar era: «Nós nem somos chineses nem portugueses, somos uma raça à parte». Em vez de se identificarem com os filhos da elite portuguesa — como ocorreu em Macau nas décadas de 50 e 60, quando a elite da geração controlante foi educada no Liceu — os adolescentes macaenses da década de 80 preferiram distanciar-se violentamente[34]. Ainda segundo informação de alunos do Complexo Escolar que assistiram aos distúrbios, o núcleo dos oponentes era formado por jovens originários da República cujos pais ocupam lugares de destaque na administração.

Convém explicitar que não estamos a afirmar que, entre a geração emergente macaense, se verifique uma tendência para a diluição da identidade étnica macaense a favor de uma identidade chinesa. Pelo contrário, os sinais que temos vindo a expor indicam que as condições objectivas para a reprodução de uma identidade étnica macaense distinta são hoje ainda mais fortes do que eram numa época em que os macaenses se identificavam por relação ao capital de portugalidade. Assim, a formulação da identidade macaense em termos auto-conscientemente étnicos é algo de relativamente recente e está ligada à alteração que se verificou no projecto étnico no decorrer do período pós-colonial, durante o qual o capital de comunicação interétnica se tornou mais valioso que o da

---

[33] No caso dos macaenses esta tendência é aumentada pelo facto de uma considerável percentagem viver em casas que são pertença da Administração. Desde que a Administração começou a modernizar e que o desenvolvimento de Macau deu azo a um enorme *boom* na construção, cada macaense que trabalha na Administração tem direito a um apartamento, o que significa que desapareceram por completo as anteriores estratégias de coabitação patrilateral que nos são descritas pelos membros da geração declinante. Poder-se-á dizer sem exagero que, depois da Declaração Conjunta, raro será o macaense que não tem uma casa no estrangeiro para onde envia sistematicamente todos os bens que considera mais valiosos, vivendo em condições domésticas de maior ou menor transitoriedade. O mesmo se poderia dizer da maior parte dos chineses de classe média.

[34] Não significa isto, é claro, que os jovens macaenses deixem de reclamar o direito de serem considerados portugueses — como justamente são. Estamos a referir-nos unicamente ao surgimento de uma atitude de afirmação étnica entre as camadas mais jovens dos macaenses que presume uma menor dependência da referência cultural portuguesa.

portugalidade. A formulação da identidade macaense enquanto uma categoria explicitamente étnica é uma inovação da geração controlante que a geração emergente adopta e desenvolve.

3. CONCLUSÃO

Iniciámos este ensaio com a observação de que cada identidade étnica depende das conjunturas em que é constantemente reformulada e que, por sua vez, cada nova geração é confrontada com conjunturas distintas no seu percurso de vida. A mutabilidade intensa a que Macau está sujeito — o que chamámos o *Macau bambu* — significa que as diferentes gerações macaenses foram confrontadas com contextos enormemente diferenciados.

Contudo, há algo de surpreendentemente semelhante na forma como se estruturou o percurso de vida destas gerações e que se prende com a regularidade com que se manifesta a contradição interna do sistema político e social macaense. Tanto a geração declinante como a controlante começaram a sua vida adulta em contextos de profunda falta de confiança (o período do pós-guerra e os anos da Revolução Cultural). O monopólio étnico estava em perigo nas duas situações, perante o que ocorreram importantes surtos de emigração.

Apesar de, posteriormente, ambas as gerações terem conseguido reconstituir esse monopólio, readaptando-o às novas condições, ambas foram confrontadas com evoluções políticas que lhes retiraram a confiança no futuro (os incidentes dos anos 50 e a Declaração Conjunta respectivamente). Finalmente, a passagem do testemunho à próxima geração em ambos os casos foi e será marcada por uma profunda crise de confiança, ligada a mais um surto emigracional (a Revolução Cultural e 1997-99).

Dentro desta estrutura comum, porém, há uma profunda diferença de conteúdo: por um lado, enquanto a geração declinante desfrutou do monopólio étnico em condições de prolongada crise económica, a geração controlante fê-lo durante um dos períodos de maior pujança económica que terá jamais ocorrido na história de Macau. Às suas condições de emigração são superiores às das gerações anteriores. Um outro aspecto central deste complexo de disposições associadas às crises de legitimidade é ainda o sentimento de que, sendo portugueses, os macaenses foram esquecidos ou «abandonados» por Portugal. Este é o outro lado do «espectro do abandono» — por assim dizer o lado interior, a justificação emocional. No momento de crise eles sentem-se desprotegidos e Portugal está distante. Os surtos emigracionais são reacções, por vezes aproximadas do pânico, a sentimentos de insegurança. A convicção, de cada vez repetida, de que «Macau vai acabar» tem o estatuto de um acto retórico. É um acto político que sublinha uma sede de legitimidade insatisfeita.

Assim há que insistir que o discurso do abandono não deve ser lido por nós como obrigatoriamente prenunciador de um genuíno abandono. Por outras palavras, quando os macaenses afirmam «Em 1999, ninguém fica cá», temos que compreender que estão a realizar um acto comunicacional que tem efeitos imediatos e tem implicações políticas importantes. Estão a exprimir a sua falta de confiança, não estão necessariamente a dizer que, aconteça o que acontecer, abandonarão Macau. Para quem olhe para a história da cidade desde o início do período colonial com algum distanciamento, esta observação impõe-se necessariamente, pois o espectro do abandono levantou-se em 1840, 1849/50, 1900, 1920, 1946, meados de 1950, 1966/67, 1987 e sem dúvida surgirá outra vez com a passagem da soberania em Hong Kong em 1997. O *espectro do abandono* não é mais do que a contradição entre o sentimento de pertença dos macaenses a Macau e a sua sentida falta de capacidade para proteger a legitimidade dessa pertença.

BIBLIOGRAFIA

Andrade e Silva, António, *1991. Eu estive em Macau durante a Guerra*, ICM, Macau.

Brito Peixoto, Rui, 1988a. «Tán-Ká, Ü-Lán: Dois termos de relacionamento socioeconómico no Sul da China» in *Revista de Cultura* 4, Macau.

Brito Peixoto, Rui, 1988b. «Arte, Lenda e Ritual: Elementos da identidade dos pescadores chineses no Sul da China» *in Revista de Cultura* 5, Macau.

Fei Hsiao-Tung, 1983. *Chinese Village Close-Up,* New World Press, Beijing.

Fok, K. C., 1991. «The Ming debate on how to assomodate the Portuguese and the emergence of the Macau formula» in *Revista de Cultura* 13/14, Macau.

Guedes, João, 1991. *As Seitas: Histórias do Crime e da Política em Macau*, Livros do Oriente, Macau.

Lison-Tolosana, Carmelo, 1988 [1966]. *Belmonte de los Caballeros*, Princeton University Press, Princeton, New Jersey.

Montaltode Jesus, C. A., 1990 [1926]. *Macau Histórico*, Livros do Oriente, Macau.

Morbey, Jorge, 1990. *Macau 1999,* ed. autor, Macau.

Nunes, Isabel, 1991. «Bailarinas e Cantadeiras: Aspectos da prostituição em Macau» in *Revista de Cultura* 15, Macau.

Pina Cabral, João de e Nelson Lourenço, 1992. «A questão das origens: Família e Etnicidade Macaenses» in *Revista de Cultura* 16, Macau.

Senna Fernandes, Henrique, 1978. *Nam Van: Contos de Macau,* ed. autor, Macau.

Silva, Rego, 1947. *A presença portuguesa em Macau,* Agência Geral das Colónias, Lisboa.

Scott, Ian, 1989. *Political Change and the Crisis of Legitimacy in Hong Kong*, OUP, Hong Kong.

Turner, Victor, 1957. *Schism and Continuity in an African Society*, Manchester University Press/Rhodes Livingstone Instituto, Manchester.

Yee, Albert, 1989. *A People Misruled: Hong Kong and the Chinese steppingstone syndrome,* API Press/UEA, Hong Kong.